

GEAPE/GGDIN/DIRAD/DIGES	
Protocolo nº 33902.	<u>458365</u> /2016- <u>91</u>
Data Registro:	<u>30 / 05</u> /2016.
Hora Registro:	<u>10:54</u>
Assinatura:	<u>Amáima Soares</u>



Nota Técnica nº 071 /2016/GEAPE/GGDIN/DIRAD/DIGES

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2016.

Para: **Diretoria Adjunta de Fiscalização - DIFIS**
Assunto: **Manifestação Referente ao Projeto Piloto de Teletrabalho para a Diretoria de Fiscalização e para os Núcleos da ANS**
Referência: **Processo nº 33902.228845/2016-29**

Senhor Diretor Adjunto,

Trata o presente processo da proposta de projeto piloto de teletrabalho para Diretoria de Fiscalização e para os Núcleos da ANS, onde a Diretoria de Fiscalização através do Despacho nº 78/2016/DIRAD/DIFIS/ANS, solicita manifestação desta Gerência de Administração de Pessoal.

Cabe informar que conforme nota técnica nº 249/GERH/GGAPI/DIRAD/DIGES de 16 de setembro de 2015, esta gerência realizou uma análise técnica sobre a possibilidade da realização do teletrabalho, assim como a Procuradoria Federal Junto a ANS, através do parecer nº 190/2015/GEADM/PFANS/PGF/AGU, sua análise jurídica.

Cumpre ressaltar, que para a implementação do teletrabalho deverá ser verificado o cumprimento do § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590 de 10 de Agosto de 1995:

Art. 6º O controle de assiduidade e pontualidade poderá ser exercido mediante:

§ 6º Em situações especiais em que os resultados possam ser efetivamente mensuráveis, o Ministro de Estado poderá autorizar a unidade administrativa a realizar programa de gestão, cujo teor e acompanhamento trimestral deverão ser publicado no Diário Oficial da União, ficando os servidores envolvidos dispensados do controle de assiduidade.

Desta forma, cabe informar que o atendimento ao § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590 de 10 de Agosto de 1995, encontra-se na fl. 23, onde o Sr. Ministro da

Saúde autoriza a implementação de projeto piloto de teletrabalho na Diretoria de Fiscalização - DIFIS e nos Núcleos da ANS.

Sobre a realização de teletrabalho por servidores ocupantes de cargo comissionado técnico devemos verificar que conforme o § 1º do art. 19 da Lei 8.112/90, ao servidor ocupante de cargo em comissão requer dedicação integral ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração.

Art. 19. Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente.

§ 1º O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança submete-se a regime de integral dedicação ao serviço, observado o disposto no art. 120, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração.

Diante disso, em análise a minuta da portaria das fls. 28 a 36, verificamos em seu inciso III art 6º, que a vedação da realização do teletrabalho ocorre somente para ocupante de cargo em comissão (CD, CGE, CA e CAS), cargo comissionados técnicos (CCT IV e V) ou função de chefia na ANS, com subordinados, salvo se expressamente autorizado pela Diretoria de Fiscalização - DIFIS, sendo autorizado para os servidores detentores de cargo comissionados técnicos de CCT III, CCT II e CCT I e aqueles que não possuem subordinados.

Diante o exposto, consideramos que a implementação do teletrabalho está em acordo com o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590 de 10 de Agosto de 1995, entretanto, sugerimos a revisão da norma do inciso III do art. 6º da minuta de portaria referente à possibilidade de detentores dos cargos comissionados técnicos CCT III, CCT II e CCT I e aqueles que não possuem subordinados serem autorizados a realizar o teletrabalho, uma vez que os mesmos são cargos de dedicação integral ao serviço.

À Consideração superior.


ANDRÉA CAMPOS DOS REIS

Coordenadora de Legislação e Benefícios

De acordo. Encaminha-se à GGDIN para ciência e apreciação.




CARLOS ALBERTO SILVA LIMA
Gerente de Administração de Pessoal

De acordo. Encaminha-se à Diretoria Adjunta de Gestão para ciência e apreciação.


BERENICE VALLOTA PANTALEÃO
Gerente-Geral de Desenvolvimento Institucional

De acordo. Encaminha-se à Diretoria de Gestão para ciência e apreciação.


CARLA DE FIGUEIREDO SOARES
Diretora Adjunta de Gestão

De acordo. Encaminha-se para a Diretoria Adjunta de Fiscalização.


KARLA SANTA CRUZ COELHO
Diretora de Gestão

EM BRANCO